



# DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

## PODER LEGISLATIVO

Nº 064/065

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, EM 13 DE JUNHO DE 2007

ANO XXXII

### *Mesa Executiva*

**NELSON JUSTUS**  
Presidente - Democrata

**ANTONIO ANIBELLI**  
1º Vice-Presidente - PMDB

**AUGUSTINHO ZUCCHI**  
2º Vice-Presidente - PDT

**FELIPE LUCAS**  
3º Vice-Presidente - PPS

**ALEXANDRE CURI**  
1º Secretário - PMDB

**LUCIANA RAFAGNIN**  
2ª Secretária - PT

**LUIZ ACCORSI**  
3º Secretário - PSDB

**CIDA BORGHETTI**  
4ª Secretária - PP

**CHICO NOROESTE**  
5º Secretário - PL

**ABIB MIGUEL**  
Diretor Geral

### *Lideranças*

*Líder do Governo ..... Luiz Claudio Romanelli*  
*Líder da Oposição ..... Valdir Rossoni*  
*PMDB ..... Waldyr Pugliesi*  
*PSDB ..... Ademar Traiano*  
*Democratas ..... Plauto Miró*  
*PT ..... Elton Welter*  
*PP ..... Duílio Genari*  
*PDT ..... Luiz Carlos Martins*  
*PTB ..... Fábio Camargo*  
*Bloco PPS/PMN ..... Marcelo Rangel*  
*Bloco PSB/PL/PRB/PV ..... Reni Pereira*

### *Representação Partidária*

**PMDB** - 17: Alexandre Curi - Antonio Anibelli - Artagão Júnior - Beti Pavin - Caíto Quintana - Cleiton Kielse - Dobrandino da Silva - Edson Strapasson - Geraldo Cartário - Luiz Claudio Romanelli - Luiz Eduardo Cheida - Mamede - Mauro Moraes - Nereu Moura - Stephanes Júnior - Teruo Kato - Waldyr Pugliesi; **PSDB** - 07: Ademar Traiano - Francisco Bühner - Luiz Accorsi - Luiz Nishimori - Miltinho Pupio - Rui Hara - Valdir Rossoni; **PT** - 06: Elton Welter - Luciana Rafagnin - Pedro Ivo - Péricles de Mello - Professor Luizão - Tadeu Veneri; **Democratas** - 05: Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Justus - Osmar Bertoldi - Plauto Miró; **PP** - 04: Antonio Belinati - Cida Borghetti - Duílio Genari - Ney Leprevost; **PDT** - 03: Augustinho Zucchi - Edgar Bueno - Luiz Carlos Martins; **PPS** - 03: Douglas Fabrício - Felipe Lucas - Marcelo Rangel; **PTB** - 03: Carlos Simões - Fábio Camargo - Jocelito Canto; **PSB** - 02: Reni Pereira - Ribas Carli Filho; **PL** - 01: Chico Noroeste; **PRB** - 01: Pastor Edson Praczyk; **PMN** - 01: Dr. Batista; **PV** - 01: Rosane Ferreira

## S U M Á R I O S

### **DIÁRIO Nº 064**

#### **59ª SESSÃO ORDINÁRIA**

##### **SUMÁRIO**

<b>Mesa Executiva .....</b>	<b>03</b>
<b>Presenças .....</b>	<b>03</b>
<b>Abertura da Sessão .....</b>	<b>03</b>
<b>Expediente:</b>	
Ofícios.....	04
Indicações .....	04
Requerimentos .....	05
Projetos de Lei .....	07
<b>Horário das Lideranças:</b>	
Liderança do PT	
Dep. Luciana Rafagnin.....	09
Liderança do PP	
Dep. Antonio Belinati .....	11
Liderança do PTB	
Dep. Jocelito Canto .....	11
Liderança do Bloco PPS/PMN	
Dep. Douglas Fabrício .....	12
<b>Ordem do Dia:</b>	
Leitura do Expediente .....	14
Discussão/Votação	
Redação Final.....	15
2ª Discussão .....	16
1ª Discussão .....	16
Requerimentos .....	19
<b>Encerramento da Sessão .....</b>	<b>20</b>

### **DIÁRIO Nº 065**

#### **60ª SESSÃO ORDINÁRIA**

##### **SUMÁRIO**

<b>Mesa Executiva.....</b>	<b>21</b>
<b>Presenças.....</b>	<b>21</b>
<b>Abertura da Sessão .....</b>	<b>21</b>
<b>Ordem do Dia:</b>	
Discussão/Votação	
Redação Final .....	22
3ª Discussão .....	22
1ª Discussão .....	22
<b>Encerramento da Sessão .....</b>	<b>23</b>
<b>Publicações:</b>	
Balancete Financeiro	
Maio/07 .....	23

## SUMÁRIO

### **DIÁRIO Nº 064**

### **59ª SESSÃO ORDINÁRIA**

#### **SUMÁRIO**

**Mesa Executiva.....03**

**Presenças.....03**

**Abertura da Sessão .....03**

#### **Expediente:**

Ofícios .....04

Indicações .....04

Requerimentos .....05

Projetos de Lei.....07

#### **Horário das Lideranças:**

Liderança do PT

Dep. Luciana Rafagnin .....09

Liderança do PP

Dep. Antonio Belinati ..... 11

Liderança do PTB

Dep. Jocelito Canto ..... 11

Liderança do Bloco PPS/PMN

Dep. Douglas Fabrício..... 12

#### **Ordem do Dia:**

Leitura do Expediente ..... 14

Discussão/Votação

Redação Final..... 15

2ª Discussão ..... 16

1ª Discussão ..... 16

Requerimentos..... 19

**Encerramento da Sessão ..... 20**

### **DIÁRIO Nº 064**

### **59ª SESSÃO ORDINÁRIA**

#### **1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 16ª LEGISLATURA ATA DA 59ª SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 13 DE JUNHO DE 2007**

(quarta-feira)

#### **Mesa Executiva:**

Presidência do Sr. Deputado Felipe Lucas, secretariado pelo Sr. Deputado Ribas Carli Filho e pela Sra. Deputada Luciana Rafagnin.

#### **Presenças:**

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Antonio Anibelli, Augustinho Zucchi, Felipe Lucas, Alexandre Curi, Luciana Rafagnin, Luiz Accorsi, Cida Borghetti, Chico Noroeste, Antonio Belinati, Artagão Júnior, Beti Pavin, Caíto Quintana, Carlos Simões, Dobrandino da Silva, Douglas Fabrício, Dr. Batista, Duílio Genari, Durval Amaral, Edgar Bueno,

Edson Strapasson, Elio Rusch, Elton Welter, Fábio Camargo, Francisco Bühner, Jocelito Canto, Luiz Carlos Martins, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Eduardo Cheida, Marcelo Rangel, Osmar Bertoldi, Pastor Edson Praczyk, Pedro Ivo, Péricles de Mello, Plauto Miró, Professor Luizão, Reni Pereira, Ribas Carli Filho, Rosane Ferreira, Rui Hara, Tadeu Veneri, Teruo Kato, Valdir Rossoni e Waldyr Pugliesi (43).

Ausentes os Srs. Deputados: Ademar Traiano, Cleiton Kielse, Luiz Nishimori, Mauro Moraes, Miltinho Pupio, Nereu Moura e Stephanes Júnior (07).

Ausentes com justificativas os Srs. Deputados: Nelson Justus, Geraldo Cartário, Mamede e Ney Leprevost (04).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a Sessão.

#### **Abertura da Sessão:**

O SR. PRESIDENTE (**Felipe Lucas**)

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

A SRA. 2ª SECRETÁRIA

Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada conforme parágrafo 1º do artigo 88, do Regimento Interno.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

## ***Expediente:***

### ***Ofícios:***

Sob os n°s CTL/CC 100, 101, 102, 103 e 104/07 do Sr. Roberto Requião, Governador do Estado, comunicando haver SANCIONADO os Projetos de Lei n°s:

189/07: do Tribunal de Justiça, que altera os dispositivos que especifica, da Lei n° 14277, de 30 de dezembro de 2003 - Código de Organização e Divisão Judiciárias do Estado do Paraná, o qual convertido em Lei tomou o n° 15520. **Anote-se - Arquivo-se.**

131/07: do Poder Executivo, que extingue o Serviço de Loteria do Estado do Paraná - SERLOPAR e adota outras providências, o qual convertido em Lei tomou o n° 15521. **Anote-se - Arquivo-se.**

130/07: do Poder Executivo, que autoriza o Poder Executivo a efetuar a doação, ao Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA, o imóvel que especifica, localizado no distrito de Porto Camargo, município de Icaraíma, o qual convertido em Lei tomou o n° 15522. **Anote-se - Arquivo-se.**

252/07: de autoria do Deputado Nelson Justus que, altera o artigo 3°, da Lei n° 13115, que dispõe sobre a concessão de título de Cidadão Honorário ou de Cidadão Benemérito, o qual convertido em Lei tomou o n° 15523. **Anote-se - Arquivo-se.**

218/07: do Poder Executivo que, institui o Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Estadual, conforme especifica e adota outras providências, o qual convertido em Lei tomou o n° 15524. **Anote-se - Arquivo-se.**

Sob o n° CTL/CC 105/07 do Sr. Roberto Requião, Governador do Estado, comunicando haver VETADO INTEGRALMENTE o Projeto de Lei n° 121/07 de autoria do Deputado Marcelo Rangel, tendo em vista pronunciamento da Secretaria de Estado da Saúde, de que o assunto é contrário ao interesse público. **À Comissão de Constituição e Justiça.**

Sob o n° CTL/CC 106/07 do Sr. Rafael Iatauro, Chefe da Casa Civil do Estado, restituindo a esta Casa de Leis os Projetos de Lei n° 165/07 de autoria do Deputado Alexandre Curi; 210, 211 e 269/07 do Deputado Nelson Justus; 212 do Deputado Ney Leprevost; 219 e 267/07 do Deputado Artagão Júnior; 224/07 do Deputado Elton Welter; 229 do Deputado Luiz Nishimori; 259/07 do Deputado Francisco Bühler e 261/07 de autoria do Deputado Tadeu Veneri. **Ao conhecimento dos Srs. Deputados interessados.**

OFÍCIO N° 053/07

Curitiba, em 11 de junho de 2007.

Senhor Presidente:

Venho através deste, nos termos do artigo 65, parágrafo único do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, informar para V. Exa., a impossibilidade de comparecimento junto as Sessões

Legislativas, pelo prazo de 20 (vinte) dias para tratamento de saúde, nos termos do atestado médico em anexo.

Sem mais para o momento, aproveito da oportunidade para reiterar meus protestos de elevada estima e consideração.

Atenciosamente,

(a) MAMEDE

## ***Indicações***

INDICAÇÃO N° 153/07

SÚMULA:

Sugere transformar em Companhia o Pelotão da PM de Guaíra.

O Deputado Elton Welter dirige-se a V. Exa. para sugerir o seguinte:

Sejam tomadas providências no sentido de transformar em Companhia o Pelotão da Polícia Militar de Guaíra, objetivando aumentar o contingente e melhorar os serviços de segurança na região.

Esta proposta visa atender reivindicação do Poder Público e demais autoridades constituídas do município de Guaíra, tendo em vista que, a mudança no perfil econômico da região, bem como da rota do contrabando para a cidade, está movimentando todas as estruturas não só oficiais do estado como também da criminalidade.

Dessa forma, a instalação de uma Campanha da Polícia Militar e uma Subdivisão da Polícia Civil em Guaíra contribuirá para melhorar a repressão aos crimes que possam ocorrer na região, no estado e no Brasil.

Sala das Sessões, em 13.06.07.

(a) ELTON WELTER

INDICAÇÃO N° 157/07

SÚMULA:

Indica ao Executivo encaminhar projeto de lei à Assembleia Legislativa fixando incentivos fiscais para a fruticultura, em especial à cadeia produtiva de uvas e derivados.

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná sugere ao Chefe do Poder Executivo do Estado do Paraná determinar estudos para a elaboração e encaminhamento a esta Casa de Leis, mensagem governamental com anteprojeto de lei no qual concede incentivos fiscais para a fruticultura, em especial à cadeia produtiva de uva e seus derivados, no âmbito do Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 13.06.07.

(a) ELTON WELTER

JUSTIFICATIVA:

A fruticultura, e em especial a cadeia produtiva de uva e seus derivados, no estado do Paraná é explorada por produtores em regime de agricultura familiar e agroindústrias de pequeno porte. O incentivo fiscal ora proposto gerará mais emprego e renda ao referido segmento eco-

nômico, o que importará na fixação dos mesmos no campo.

A experiência de incentivado fiscal a outros segmentos, tanto no setor primário, como na pequena indústria e no comércio, com destaque para a agricultura familiar, deve ser parâmetro para orientar também o incentivo de toda a cadeia produtiva da uva e seus derivados, bem como se estender à fruticultura em geral.

## **Requerimentos**

### **REQUERIMENTO N°1669**

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário a antecipação da Sessão Ordinária do dia 14 de junho (quinta-feira), para logo após o término da Sessão Ordinária e a diminuição de interstício.

Sala das Sessões, em 13.06.07.

(a) RIBAS CARLI FILHO

### **REQUERIMENTO N°1679**

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, o uso do horário no Grande Expediente da Sessão Plenária do dia 20 de junho de 2007, para explanação do Sr. Luis Fernando Reis, representante do Comitê em Defesa do Ensino Superior Público do Paraná. Os professores universitários querem apresentar temas relevantes para a educação superior no estado como o reajuste salarial; o plano de carreira e incorporação das gratificações; a gestão democrática nas universidades; a autonomia universitária e orçamentos das Instituições Estaduais de Ensino Superior - IEES.

Sala das Sessões, em 13.06.07.

(a) PÉRICLES DE MELLO

### **REQUERIMENTO N°1667**

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o duto Plenário, sejam enviados votos de profundo pesar, pelo falecimento da Sra. Kyiomi Kimura, ocorrido no dia 03 do corrente mês, na cidade de Nova Aurora/PR.

Requer ainda, que seja dada ciência à família enlutada, através de seu esposo, Sr. Agostinho Kimura, residente na R. São João, 354, 510, CEP: 85410-000 - Nova Aurora/PR.

Sala das Sessões, em 13.06.07.

(a) NEREU MOURA

### **JUSTIFICATIVA:**

Mulher, mãe, esposa, avó. Esta é a trajetória de vida de dona Kyiomi, sendo uma das pioneiras do município de Nova Aurora.

Na simplicidade do dia-a-dia, fez da sua vida uma lição de humildade e de amor pelo próximo. Soube, como ninguém, viver intensamente cada momento, de forma centrada na sabedoria que os anos lhe outorgaram.

Porém, como a vida é uma passagem, dona Kyiomi cumpriu a sua missão e nos deixou. Ficam as boas lembranças, ficam as boas lições, ficam as sementes de amor que ela espalhou por onde passou, que, com absoluta certeza, vão gerar belos e bons frutos.

Neste momento de pesar, nos juntamos ao sofrimento dos seus familiares e amigos. Porém, a fé cristã nos assegura que dona Kyiomi nos deixou temporariamente, uma vez que o reencontro é certo.

Que Deus, no seu amor infinito receba dona Kyiomi na sua morada eterna e, ao mesmo tempo, console o coração de todos que sofrem com a partida de um ente querido.

Por sua vez, a Assembléia Legislativa do Paraná, na pessoa deste Parlamentar, cumpre o doloroso dever de endereçar à família enlutada sinceros votos de pêsames e condolências.

### **REQUERIMENTO N° 1671**

Senhor Presidente:

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após a aprovação do duto Plenário, a inserção em ata dos trabalhos desta Casa de Leis, de voto de profundo pesar pelo falecimento do Sr. Sebastião Rodrigues de Oliveira, ocorrido em 07 de junho do corrente, em Loanda, Paraná.

Era uma pessoa muito querida pelos seus familiares, amigos e conhecidos, deixando muitas saudades em todos.

Esta Casa reverencia a sua memória, associando-se às manifestações de pesar e apresenta à família enlutada, sinceras condolências.

Sala das Sessões, em 13.06.07.

(a) LUIZ ACCORSI

### **REQUERIMENTO N° 1673**

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário o registro de votos de profundo pesar pelo falecimento do Sr. Altemir Luciano Tozetto, deixando viúva a Sra. Elissandra de Fátima Freitas Tozetto e 2 filhas.

Requer ainda, o envio de correspondência a família enlutada, a R. São José, 44 - Santa Luzia - CEP 84063-340 - Ponta Grossa/PR.

Sala das Sessões, em 13.06.07.

(a) MARCELO RANGEL

## REQUERIMENTO Nº 1681

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja consignado na ata dos trabalhos de Sessão de hoje, voto de profundo pesar pelo falecimento, ocorrido no último dia 8 de junho, do estudante Thiago Franchini Costa, 21 anos, filho da Sra. Sandra Franchini, Secretária Municipal de Assistência Social de Maringá.

Requer outrossim, que da decisão da Casa seja dada ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 13.06.07.

(a) DR. BATISTA

## REQUERIMENTO Nº 1665

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja inserido nos Anais desta Casa votos de congratulações ao Sr. Ioshio Okamura, residente em Curitiba, por ter sido indicado e recebido comenda (condecoração) do Governo Japonês.

Os eficientes serviços prestados pelo Sr. Ioshio à comunidade japonesa, foram as razões que levaram o Governo do Japão a oferecer-lhe a importante comenda, recebida por ele no Japão, o que enche de orgulho todos os paranaenses.

Sala das Sessões, em 13.06.07.

(a) LUIZ NISHIMORI

## REQUERIMENTO Nº 1664

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja inserido nos Anais desta Casa votos de congratulações à Associação Okinawa Kenjin de Curitiba, pela passagem do seu 1º aniversário de sua fundação.

A referida associação tem sua sede na R. Heitor de Andrade, nº 155 em Curitiba, CEP 81530-310.

Os cumprimentos são extensivos à toda a diretoria da Fundação, presidida pelo Sr. Jorge Uezu.

Sala das Sessões, em 13.06.07.

(a) LUIZ NISHIMORI

## REQUERIMENTO Nº 1666

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja inserido nos Anais desta Casa votos de congratulações ao Sr. Iwao Yashii, residente em Umuarama, por ter sido indicado para o recebimento de comenda (condecoração) do Governo Japonês.

Os eficientes serviços prestados pelo Sr. Iwao à comunidade japonesa, foram as razões que levaram o Governo do Japão a oferecer-lhe a importante comenda, o que é uma razão de orgulho para todos os paranaenses.

Sala das Sessões, em 13.06.07.

(a) LUIZ NISHIMORI

## REQUERIMENTO Nº 1663

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, o envio de expediente ao Sr. Cláudio Murilo Xavier, Secretário de Estado da Saúde, para que sejam tomadas providências no sentido de ampliação e estruturação física do Hospital São Vicente de Paulo em Guarapuava, para que venha funcionar em suas dependências o Banco de Leite Humano.

Sala das Sessões, em 13.06.07.

(a) RIBAS CARLI FILHO

JUSTIFICATIVA:

Justifica o proponente dizendo que é direito de todo o ser humano, após o seu nascimento, receber o leite materno até no mínimo o 6º mês de vida (ECA - Cap. I - Do Direito à Vida e à Saúde). Além disso, trata-se do melhor alimento e instrumento no combate à mortalidade infantil.

A necessidade de leite humano é crescente visto que muitos lactentes não podem ser alimentados por suas próprias mães. Cerca de 10% dos nascidos vivos nascem com peso baixo, exigindo cuidado redobrado.

Na expectativa de beneficiar uma parcela grande de futuros cidadãos, priorizando um direito constitucional e dessa forma garantindo melhor qualidade de vida, esta solicitação é encaminhada.

O Banco de Leite Humano no município de Guarapuava atenderá bebês prematuros, além de trazer maior conscientização pública sobre a importância da proteção, promoção e apoio ao aleitamento materno.

A implantação de um Banco de Leite Humano reflete a importância epidemiológica e tem como eixos principais:

- disponibilizar atendimento humanizado;
- melhorar os indicadores de saúde do município;
- diminuir a morbimortalidade infantil;
- incentivar o aleitamento materno.

Tal solicitação está em processo no município desde 2002. O Conselho Municipal de saúde, em reunião ordinária, colocou-se à favor desta implantação em parceria com o Hospital São Vicente de Paulo, que possui um serviço materno infantil, conforme exigência do Ministério da Saúde.

A abertura do BLH (Banco de Leite Humano) beneficiará todos aqueles que necessitam de um meio alternativo de aleitamento e ainda servirá como um meio para diminuir o índice de morbimortalidade infantil.

## REQUERIMENTO Nº 1672

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário o envio de expediente a Sra. Vera Maria Haj Mussi Augusto, solicitando cópia integral das gravações da Escola de Governo do dia 12 de junho de 2007.

Sala das Sessões, em 13.06.07.

(a) MARCELO RANGEL

## Projetos de Lei

PROJETO DE LEI Nº 434/07  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

### D E C R E T A :

Art. 1º Fica concedido o título de Cidadão Honorário do Estado do Paraná ao Sr. Alfons Gardemann.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 13.06.07.

(a) DURVAL AMARAL

#### JUSTIFICATIVA:

O projeto de lei em análise concede título de Cidadão Honorário do Paraná à Alfons Gardemann. Conforme se vê no curriculum, Alfons Gardemann é natural da Alemanha e desde os 9 anos de idade vive no Brasil e vem se dedicando com afincos à causa empresarial, contribuindo para a geração de milhares de empregos e renda, no estado do Paraná. Ressalta-se, no primeiro momento, a sua indiscutível capacidade empreendedora e, acima de tudo, a vocação pelo social, com o desenvolvimento de negócios, voltados exclusivamente para os segmentos geradores de empregos, numa contribuição direta para a melhoria da qualidade de vida do povo paranaense. Esta homenagem, por outro lado, alcança também os exemplos de ilustres imigrantes, que como Alfons Gardemann, fizeram do Brasil a sua pátria e aqui formaram suas famílias e estão contribuindo para o fortalecimento de nossa nação. É válido lembrar, também, que a honraria que ora se concede, quer render, mais uma vez, um justo tributo a todos os homens e mulheres, que se dedicam com inegável ousadia ao setor produtivo em nosso estado. O investimento privado nesse segmento, deve ser lembrado, em forma de homenagem e na pessoa de Alfons Gardemann, para servir de estímulo às futuras gerações. O Paraná tem compromisso com o social e, portanto, não pode abrir mãos dos investimentos que se destinam à consolidação de uma política desenvolvimentista.

PROJETO DE LEI Nº 435/07  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

### D E C R E T A :

Art. 1º O fornecimento de água e luz aos trabalhadores que ficarem desempregados e recebem até 2 (dois) salários-mínimos, somente poderá ser suspenso por parte da Companhia de Saneamento do Paraná - SANEPAR e Companhia de Energia - COPEL, após 6 (seis) meses de atraso no pagamento do respectivo débito.

Art. 2º Para ter direito a essa moratória, o beneficiário deverá comprovar, mensalmente, junto à

SANEPAR e a COPEL, a sua situação de desempregado, através da Carteira Profissional de Trabalho e dos documentos que comprovam o recebimento mês a mês do benefício do Seguro Desemprego até a sua última parcela.

Parágrafo Único. O benefício de que trata o artigo 1º desta lei somente será aplicada ao trabalhador desempregado que comprovar não dispor de qualquer remuneração assalariada, assim como os demais moradores do mesmo imóvel.

Art. 3º Vencido o prazo de 6 (seis) meses, mencionado no artigo 1º, o benefício cessará, obrigando-se o devedor a negociar com a SANEPAR e a COPEL o parcelamento da dívida.

Art. 4º Os débitos serão acrescidos da correção monetária, ficando os consumidores isentos do pagamento de multas por atraso durante o prazo de 6 (seis) meses.

Art. 5º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 13.06.07.

(a) PROFESSOR LUIZÃO

#### JUSTIFICATIVA:

A presente proposição assegura aos trabalhadores desempregados, a suspensão da cobrança da tarifa de água e de luz, por um prazo de até 6 meses, sem interrupção do fornecimento destes serviços.

Sendo o desemprego um grave problema social que não pode ser ignorado, há que se buscar mecanismos jurídicos que aliviem, em parte, as condições precárias de subsistência a que se submete os trabalhadores.

É dever do estado, garantir o estado de bem-estar social dos cidadãos, garantia esta que se expressa nas condições básicas de sobrevivência.

Em nosso país, embora ainda longe do ideal, o número de postos de trabalho formais cresceu, a taxa de desemprego diminuiu e o salário-mínimo teve valorização real de 25% desde 2003. Entretanto, os índices positivos não afastam a atenção a ser dispensada pelo estado, para atender os que ainda se encontram em condição de desemprego.

O projeto não estabelece uma isenção, mas sim um período de moratória, onde após os 6 meses o consumidor poderá negociar junto a SANEPAR e a COPEL o parcelamento do valor total devido por suas contas de água e luz. Assim o é porque na verdade o trabalhador não quer assistencialismo, ele quer dignidade e emprego para arcar com suas contas, suas responsabilidades. Mas diante do fato consumado, de que a grande parte dos trabalhadores, por motivos alheios a sua vontade, não podem, momentaneamente, pagar suas contas, a moratória é uma forma digna para este trabalhador ter um prazo e se organizar financeiramente. O projeto também libera o trabalhador desempregado do pagamento das multas por atraso.

A cobrança de juros, cobrados dentro da margem legal não é excluída do projeto: uma, porque não onera em demasia o valor da taxa; e duas porque, considera o volume dos benefícios concedidos em todo estado, não causará nenhum desfalque para o estado. O projeto isenta o consumidor desempregado da multa, como forma de aliviar parcialmente os valores a serem renegociados posteriormente.

É de se ressaltar que o projeto de lei em tela, tem como parâmetro a praticidade em garantir ao consumidor um direito que, não raras vezes, é garantido por intermédio de ações judiciais. É notória a enorme quantidade de mandados de segurança impetrados pelos consumidores que têm seu fornecimento de água ou luz suspenso.

Também é notória as liminares concedidas de plano, intimando as impetradas a suspender o corte, sobre a fundamentação de que tais serviços são essenciais, devendo ter a garantia mínima do estado. Ora, ao invés de atropelar o jurídico com ações dessa natureza, com conseqüente aumento de custo para o estado com uma facilitação para o consumidor.

Inclui-se no projeto a necessidade de que a comprovação do desemprego seja efetuada não só pela carteira de trabalho, mas também pelo recebimento, mês a mês, do seguro desemprego.

Certos de que esta Casa não irá ignorar a dramática situação dos trabalhadores desempregados de nosso estado, que vale repetir, por motivos alheios à sua vontade, não podem, momentaneamente, pagar as suas contas de água e de luz, o que nos leva a solicitar o apoio de nossos pares para aprovação do presente projeto de lei.

PROJETO DE LEI Nº 436/07  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

#### D E C R E T A :

Art. 1º Fica concedido o título de Cidadão Benemérito do Estado do Paraná, ao Sr. Rinaldo Anciutti Caggiano.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 13.06.07.

(a) STEPHANES JÚNIOR

#### JUSTIFICATIVA:

Rinaldo Anciutti Caggiano, 42 anos, nasceu em Curitiba, Paraná, casado com Daniela Jonhpetter, técnico e professor de judô, faixa preta em 3º grau.

##### **Qualificação Esportiva:**

- 3 anos Seleção Brasileira de Judô - 1985 a 1987.

##### **Títulos Internacionais:**

- Campeão dos Jogos Panamericanos - USA - Indianapolis - 1987;

- 3º lugar em Cuba - Copa Ramon Rodrigues - 1987;

- 3º lugar na Holanda - Circuito Europeu - 1987;

- Participação no Mundial de Judô da Alemanha - 1987;

- 5º lugar no Japão/Revelação Copa Jigoro Kano (Fund. Judô) - 1986;

- 3ª lugar nos Estados Unidos - Colorado Springs - 1985;

- Circuito Europeu - 1986, 1987 e 1992;

- Participação na Hungria, Holanda, Tchecoslováquia, Itália, Alemanha Ocidental/Oriental.

##### **Títulos Nacionais:**

- Duas vezes Campeão Brasileiro em 1983;

- Campeão Sul-Brasileiro de 1979 a 1983;

- Mais de 15 vezes Campeão Paranaense de Judô.

##### **Qualificação como Professor, Técnico e Coordenador:**

- Coordenador do Projeto Judô ao Alcance de Todos - 2002.

Local: Academia de Judô Caggiano & Scholze

Número de Crianças: 66;

- Clube Curitibano - 1998 a 2004;

- Colégio Decisivo - Curitiba - 1997 a 2001;

- Academia Amaral de Natação - 1997;

- Colégio Ideal - São José dos Pinhais - 1997;

- Colégio Exame - 1999;

- Academia Shogun - São José dos Pinhais - 1996 a 1997;

- Guaíra Country Club - Guarapuava - 2005 e 2006;

- Colégio Belém - Guarapuava - 2006;

- Colônia Vitória - Guarapuava - 2006.

##### **Formação Superior:**

- Tecnólogo em Processamento de Dados - FESP - 1992 - Curitiba - PR.

PROJETO DE LEI Nº 437/07  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

#### D E C R E T A :

Art. 1º Fica declarada de Utilidade Pública o Movimento Ecológico da Lapa - MEL, com sede e foro no município da Lapa - Estado do Paraná.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 13.06.07.

(a) ROSANE FERREIRA

#### JUSTIFICATIVA:

A associação que pretendemos declarar de utilidade pública, com sede no município da Lapa - Paraná é uma organização não governamental, constituída por tempo indeterminado.

O Movimento Ecológico da Lapa tem como principais finalidades a aproximação mais íntima dos seus associados com a natureza para seu aperfeiçoamento a fim de poder trabalhar eficientemente e conscientemente para a proteção da natureza em sua forma geral, desen-



volver entre os associados um elevado espírito de cooperação e devotamento irrestrito à causa de proteção ecológica, proporcionar oportunidades para estudos dos problemas por intermédio de debates, conferências, círculos, estudos, etc, e por outros meios de alcance, estimular nos associados sentimentos de responsabilidade pessoal e amor à natureza, conseguir junto aos órgãos competentes reivindicações de interesse ao meio ambiente em favor do bem estar da comunidade, opor-se a doutrinas, idéias e organizações que contrariem os fins precípuos desta associação, combatendo publicações, divulgações e atos do desequilíbrio ecológico, tais como a caça e pesca predatórias, desmatamentos desnecessários, monoculturas exageradas, poluição industrial, sonora ou visual, uso indiscriminado de defensivos e pesticidas agrícolas e poluição dos mananciais de águas, etc.

A associação acata e reconhece as autoridades civis e militares constituídas do país, a autoridade da igreja em todos os assuntos de caráter religioso, moral, social e invoca a proteção de São Francisco de Assis, nosso padroeiro, que adoram e veneram.

O Movimento Ecológico da Lapa - MEL é isento de quaisquer preconceitos ou discriminações, não admitindo controvérsias de raça, credo religioso, cor, gênero, em suas atividades ou dependências.

Em anexo, documentos e relatórios das atividades do Movimento Ecológico da Lapa - MEL. Por essas razões esperamos o devido apoio e aprovação a esta proposta de lei.

### ***Horário das Lideranças:***

O SR. PRESIDENTE (**Felipe Lucas**)

Não há oradores inscritos no Pequeno Expediente nem no Grande Expediente.

No Horário das Lideranças concedo a palavra a Deputada Luciana Rafagnin, no horário do PT.

### ***Liderança do PT: Deputada Luciana Rafagnin***

A SRA. LUCIANA RAFAGNIN

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Faço uso da tribuna, até para poder explicar aos demais Parlamentares que hoje pela manhã tivemos um encontro, um seminário no plenarinho desta Casa. O 1º seminário de debate sobre a soberania alimentar, ou seja, sobre segurança alimentar. Quero inicialmente agradecer a presença de todos os Deputados que fazem parte da frente parlamentar e de uma maneira especial, ao Pastor Edson que é o Vice-Presidente desta frente; a Deputada Rosane; Deputado Péricles de Mello; Deputado Cheida; Deputado Augustinho Zucchi, que não esteve presente, mas faz parte; Deputado Caíto Quintana e Elton Welter que foram dar o seu apoio.

O objetivo desse seminário era a preparação dos delegados que vão participar da 3ª Conferência Nacional

de Segurança Alimentar, que vai acontecer em Fortaleza, dos dias 3 a 6 de julho. Esta preparação para a 3ª Conferência tem em vista que hoje o estado do Paraná participa do grande debate a nível nacional sobre o que queremos como segurança alimentar. A discussão de segurança alimentar começou nos anos 90 e em 94 teve a 1ª Conferência. A 2ª Conferência aconteceu 10 anos após, em 2004. E agora, em 2007, do dia 03 ao dia 6, estará acontecendo a 3ª Conferência.

Quando falamos de segurança alimentar, estamos falando desde a questão da produção, a questão da comercialização, questão do consumo, estamos falando de nutrição e de saúde. Por isso que o debate, tanto o debate que antecedeu a conferência como o debate da conferência, é fundamental. Hoje temos vários programas pelo Governo Federal que estão, de certa forma, amenizando bastante a miséria e a fome que temos no nosso país. O próprio Programa Fome Zero, o programa de aquisição de alimentos, têm contribuído muito, tanto para a comercialização, de uma maneira especial o agricultor que está vendendo o seu produto, mas também para aquelas pessoas que têm por direito. Mas quem assegura esse direito de que essa pessoa realmente vai ter o que comer durante o dia. Então, existe esta preocupação. Quando no debate de hoje trabalhávamos muito que o debate era a segurança alimentar, mas na verdade, vivemos numa insegurança alimentar. As pessoas não sabem se amanhã vão ter com o que se alimentar.

Por isso a preocupação, e também nesta Casa é importante esta preocupação de todos os Deputados que compõem a Frente Parlamentar, este debate para trazer como esta Casa pode contribuir para termos realmente a segurança alimentar no nosso estado. Acredito que tudo isso faz parte, desde quando discutimos a produção lá no campo, como está hoje o nosso meio ambiente, a nossa preocupação, o alto uso do agrotóxico que vem contaminando os alimentos.

O que é realmente que estamos consumindo? O debate de hoje trouxe presente isso tudo. Tivemos a presença do Presidente Nacional do CONSEA - Conselho de Segurança Alimentar Nacional, foram muito importantes as suas colocações, porque trouxe bem presente isso.

Qual o cuidado que estamos tendo hoje com o nosso meio ambiente? O que queremos para o nosso futuro amanhã? Acho que esta casa tem muito a contribuir, com projetos já apresentados por vários Deputados, com relação ao meio ambiente, mas também temos muito a contribuir com essa Frente Parlamentar que, com certeza, não só para dar apoio ao CONSEA do Paraná, mas também para podermos fazer leis, poder aprovar leis que vão no sentido de dar uma segurança alimentar maior para o nosso povo aqui do estado do Paraná.

### **O Sr. Pastor Edson Praczyk (PRB) (Aparte)**

Quero deixar registrado também aqui, do orgulho de fazer parte dessa Frente, de ter sido escolhido para compor esse grupo de Parlamentares que têm somado

esforços nesse projeto de segurança alimentar em âmbito nacional. Tenho já de pronto aprendido muito com a fala de cada membro do CONSEA e dos Parlamentares em si. Ressaltar que sempre que o Poder Legislativo participa de discussões desse nível, sempre tende a trazer uma infinidade de benefícios, dentre elas chamasse a atenção da sociedade, uma vez que o Parlamentar, é o representante legítimo de milhares e milhares de pessoas. Quando o Legislativo envolve-se nessas discussões para gerar idéias, estratégias, leis políticas que realmente funcionem, a sociedade fica inevitavelmente mais apercebida aos temas em debate, aos temas em questão.

Para mim em especial, tem sido muito gratificante estarmos na vanguarda mais uma vez, como é peculiar do estado do Paraná, sempre sair à frente nas discussões. E, já está se traçando estratégias e até leis voltadas à segurança ou à insegurança alimentar. Tenho só a agradecer e parabenizar V. Exa. pelo brilhante trabalho que já está apresentando e com certeza irá ecoar muito longe e por muito tempo, em benefício de toda a sociedade, não só de Curitiba, do Paraná, mas do Brasil e do mundo.

Muito obrigado.

#### A SRA. LUCIANA RAFAGNIN (PT)

Agradeço a sua contribuição Pastor, tenho certeza que esse nosso trabalho só é possível porque estamos trabalhando juntos, toda a Frente Parlamentar.

Agradeço muito a contribuição de V. Exa. da Deputada Rosane, do Deputado Cheida, do Deputado Zucchi, do Deputado Péricles. É importante citar aqui a importância que o Governo Lula está dando à questão do Fome Zero, do Programa de Aquisição de Alimentos, porque agora o que nos traz é o grande desafio de como tornar isso uma política do estado e não apenas um programa de Governo, porque a nossa preocupação, daí é que vem a insegurança alimentar, é quando trabalhamos hoje, vendo esses resultados positivos, esses bons resultados e a atenção que o Governo Lula está dando para esses programas, a atenção que o Governo Lula está dando para as pessoas que hoje não conseguem ter o direito de ter as 3 refeições diárias, mas precisamos garantir isso. Garantir isso significa a nossa atuação aqui nesta Casa, significa debatermos lei, leis aqui do Paraná, leis do Governo Federal, muito importante para que possamos garantir, sim, com uma política pública, se não correremos o risco de viver nessa insegurança alimentar.

#### O Sr. Tadeu Veneri (PT) (Aparte):

Quero cumprimentá-la pelo belíssimo pronunciamento e acredito que a senhora e os demais Deputados que compõem a Frente estão fazendo aquilo que o Betinho idealizou. Quando ele idealizou um projeto, um processo, um programa, uma ação para que nenhum brasileiro passasse fome, ele estaria hoje, sem dúvida nenhuma, ouvindo o seu pronunciamento e estaria muito feliz em saber que muitas pessoas seguiram aquilo que ele propu-

nha e que naquele momento, há 15 anos atrás, parecia uma ação utópica.

Parabéns à senhora e aos demais que compõem a Frente, porque estamos revivendo e vivendo, mostrando que é possível que as nossas utopias se transformem em excelentes realidades.

#### O Sr. Luiz Eduardo Cheida (PMDB) (Aparte)

Agradeço, Deputada Luciana.

Apenas para parabenizá-la e dizer que essa iniciativa da formação da frente é extraordinariamente importante e alertar os colegas Deputados que a questão da segurança alimentar significa acesso à semente, significa acesso à terra, à água, porque a questão da segurança alimentar significa uma perenidade alimentar, ou seja, não adianta fazer isso no ato de um Governo, é preciso fazer isso para sempre. E ao colocarmos essa questão, um outro paradigma entra em questão: é a discussão da sustentabilidade dos recursos naturais e da própria espécie humana.

É uma discussão profunda, ela deita raízes além da questão do estômago cheio, não é apenas isso. E por isso, gostaria de parabenizá-la e dizer que a Frente Parlamentar e os demais Deputados do Paraná têm a oportunidade ímpar de fazer uma legislação à altura do que representa o nosso estado no mundo, uma espécie de celeiro de produção que somos. O Paraná, embora tenha 2% do tamanho Brasil, representa em termos de produção 25% da sua produção de grãos. Ou seja, 2% do Brasil é Paraná e fazemos 1/4 daqui da produção de grãos.

Portanto, temos obrigação de aprofundarmos esse debate. Quero cumprimentá-la como Líder nessa empreitada que, para nós, é um grande alento e motivo de grande orgulho.

#### A SRA. LUCIANA RAFAGNIN (PT)

Agradeço as palavras e a sua atuação junto à Frente Parlamentar da Segurança Alimentar.

Só queria dizer que nessa 3ª Conferência vão participar 52 Delegados que foram escolhidos nas Conferências Regionais, na Conferência Estadual e respeitadas as cotas para negros, para indígenas e para quilombolas.

É muito importante, porque essas pessoas também estavam presentes na reunião de hoje e trouxeram para nós a realidade que eles vivem, hoje, as dificuldades que enfrentam no dia-a-dia.

Aqui neste Parlamento estamos dando a nossa contribuição em trazer o debate para esta Casa, junto ao Governo do Paraná e também levar as nossas sugestões ao CONSEA Nacional, participando da 3ª Conferência que vai acontecer do dia 3 ao dia 6.

Agradeço a todos os Srs. Deputados e ao Sr. Presidente.

#### O SR. PRESIDENTE (Felipe Lucas)

No horário destinado à Liderança do PP, com a palavra o Deputado Antonio Belinati.

## ***Liderança do PP: Deputado Antonio Belinati***

O SR. ANTONIO BELINATI

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Queremos, rapidamente, em nome do nosso Líder Duílio Genari, lembrar o Deputado Anibelli: V. Exa. está interinamente na presidência. Não será V. Exa. quem vai determinar a implantação do aumento salarial para os servidores da Assembléia, mas, V. Exa. pode ser um reforço grande, porque os funcionários da Assembléia Legislativa continuam ansiosos para saber quando é que vai sair este aumento salarial.

E o outro aumento salarial é o aumento que foi dado e não foi dado para os servidores do estado do Paraná. Este aumento, respeitosamente, para mim, é uma mula sem cabeça. Foi dado aumento sem estabelecer quando é que vai entrar em vigor. Afinal, quando é que vai entrar em vigor a melhoria salarial para os servidores públicos do estado do Paraná? Vai depender, de acordo com o que está sendo propalado, do aumento da receita do estado. Mas, o servidor não pode ficar nesta dependência.

Por esta razão é que apresentamos a esta Casa um projeto estabelecendo como data-base todo mês de janeiro para aquele que estiver no comando do estado do Paraná, quem estiver governando o estado do Paraná, todo mês de janeiro implante o reajuste salarial para o funcionalismo do nosso estado, incluindo as universidades.

Nosso projeto, que será apreciado na Comissão de Justiça e posteriormente na Comissão de Finanças, determina que este aumento salarial, a ser implantado todo mês de janeiro, nunca seja inferior ao acumulado pela inflação, nos últimos 12 meses.

Para exemplificar, em 2007, se a inflação for de 6% - se nosso projeto for aprovado - o Governador terá a responsabilidade de conceder o aumento de pelo menos 6% para todo funcionalismo. Se a inflação for maior, igualmente esta será a obrigação do Governador. Um aumento salarial nunca inferior ao acumulado pela inflação nos últimos 12 meses.

O projeto prevê, ainda, que se o Governador quiser ele pode dar um aumento muito maior do que o acumulado pela inflação. E se o Governador não quiser esperar janeiro, quiser antecipar o reajuste para o funcionalismo, o Governador, de acordo com nosso projeto autorizatório, também poderá dar aumento antes que chegue janeiro. Ma, é aquela história: é de se duvidar que alguém vá se antecipar, mas, pelo menos, Sr. Presidente, não é justo, não é humano, ficar classe laboriosa do funcionalismo do nosso estado, das universidades, inclusive da própria Assembléia Legislativa, vivendo numa permanente interrogação, sem saber quando é que seu minguado salário vai ou não ser corrigido.

Então, quero desde já pedir o apoio dos nobres Deputados para que aprovem nosso projeto, numa homenagem a todas as servidoras e servidores do nosso estado,

incluindo os servidores das universidades e incluindo os servidores da Assembléia Legislativa.

Quero aproveitar para parabenizar o nobre colega Deputado Edgar Bueno que fez, hoje, na Comissão de Indústria e Comércio a mais movimentada e debatida reunião de toda história daquela comissão, debatendo projetos sobre biodegradáveis, com a presença de vários Deputados e de várias autoridades, inclusive do Vice-Governador Orlando Pessutti.

Parabéns, Deputado Edgar Bueno! Eu nunca vi a Comissão de Indústria e Comércio tão empolgada, num debate tão acalorado, mostrando o interesse dos Parlamentares dos vários partidos pelos projetos que estão tramitando nesta Casa.

O SR. PRESIDENTE (**Felipe Lucas**)

Com a palavra o Sr. Deputado Jocelito Canto, no horário do PTB.

## ***Liderança do PTB: Deputado Jocelito Canto***

O SR. JOCELITO CANTO

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Primeiramente, gostaria de cumprimentar uma funcionária do nosso gabinete. Muitas vezes, aqui só levam os méritos os Srs. Deputados e não se dá o devido valor aos assessores que trabalham enquanto não estamos aqui. Hoje, quero cumprimentar a nossa funcionária Zedenir, que passou quase 48 horas liberando um corpo aqui no Instituto Médico Legal de Curitiba. É a realidade do IML que venho falando, há muito tempo, aqui nesta Casa.

Tivemos um homicídio em São José dos Pinhais e o jovem que morreu era de Ponta Grossa. Temos aquele procedimento de atender às pessoas que nos procuram, assim, tivemos que resolver a liberação desse corpo, trazendo a funerária para levar o corpo e assim por diante. Não sei se é porque a funerária veio de Ponta Grossa que demorou tanto, mas a verdade é que o rapaz deu entrada na segunda-feira e o corpo foi liberado para a família somente ontem à noite. Vai e volta, documento, burocracia, tem que trazer isso ou aquilo, identificar, uma verdadeira vergonha que passam as famílias.

Quero cumprimentar a nossa funcionária Zedenir, que passou quase 2 dias liberando um corpo, o que é vergonhoso para um estado que se diz essencialmente ligado à Carta de Puebla, preferencialmente pelos pobres. Lá no IML é preferencialmente por quem tem grana, dinheiro. Quando chega lá um "tubarão", libera ligeirinho; agora, quando é uma pessoa humilde, vai e volta, vem documento, traz, libera, não libera, vai ao serviço, volta, se cria uma burocracia não se sabe por quê ou se sabe por quê e não se pode falar.

Queria pedir ao governo que olhasse o IML. O lugar mais triste de uma cidade é o IML. Quando é um bacana que morre, libera o corpo em 10, 15, 20 minutos,

no máximo em uma hora, diferente de quando é um coitado. Não interessa o que ele foi, não interessa o que ele fez, se está morto lá tem uma família. Às vezes, a pessoa pode ter até um problema, mas a família não tem e deve ser respeitada. Então, mais uma vez, eu falo aqui do IML, uma vergonha para o estado do Paraná.

O IML de Curitiba é a vergonha do IML do Paraná. As famílias sofrem, o Governo não dá condições, empurra com a barriga. Precisava pegar um pouco daqueles cargos que o Fábio Campana está anunciando na sua coluna, hoje, que estão sobrando. Fábio Campana disse que tem um “cabidão”. Vamos pegar esse cabide e colocar lá no IML para atender o povo, porque o IML é o lugar mais triste de uma cidade. Agora, quando morre um bacana é o lugar mais rápido do estado do Paraná. Vou fazer esse registro quantas vezes forem necessárias.

Sr. Presidente, também vou lembrar, todos os dias, que os funcionários desta Casa precisam receber a URV. O Tribunal de Contas já recebeu e o dinheirinho está no banco, já faz um ano. Parece que o Tribunal de Justiça e o Ministério Público receberam também e por aqui é só pão seco. Vou todo dia cobrar aqui até que possamos pagar os nossos funcionários, com o mesmo direito que os outros têm. Não sou contra que os outros recebam. Se os outros receberam, este Poder também deve receber.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, o jornal O Estado do Paraná está proibido de ser colocado nas instituições do Paraná pelo Requião, não pode circular, porque ele divulga encontros amorosos, faz um monte de coisas que o Requião não gosta. Antes ele gostava do jornal, mas agora não. Não pode circular o jornal do PP - Paulo Pimentel, que agora está sendo chamado de PP. Antes era chamado de Pai Patrocinador - o Requião o chamava de “meu pai patrocinador”, porque o Paulo Pimentel deu uma grana preta na campanha do Requião e patrocinava tudo, foi um dos maiores colaboradores da campanha passada do Governador. Legalmente, a lei estabelece que pode dar dinheiro. Tadinho do Paulo Pimentel! Uma figura espetacular! Mas política é assim, num dia dá porrada, em outro não dá, assim vai, um dia está bom e no outro não.

O jornal do nosso querido Paulo Pimentel, que o Requião não quer que circule em lugar nenhum, está proibido de circular nas repartições públicas, dito na “escolinha” pelo Governador. Fui surpreendido, aqui, Deputado Dobrandino, porque se este jornal tem atos oficiais e se é proibido, como é que publica atos oficiais do Governo, da SANEPAR, do DER, da ParanaPrevidências, da CELEPAR? Quatro ou 5 instituições continuam divulgando atos oficiais lá. E com um detalhe, Sr. Presidente, sem cumprir a lei.

Esta Casa aprovou no ano passado e a lei, a partir do dia 15 de janeiro de 2007, o Presidente Hermas Brandão promulgou uma lei nossa, que diz que toda publicidade tem que ter o custo da inserção publicitária de qualquer natureza. Diz a lei: *O Poder Executivo Estadual, suas funções, autarquias, bem como todas as*

*empresas onde e estado possuir situação majoritária, deverão evidenciar os custos relacionados a todo o processo de produção, divulgação e vinculação de publicidade institucional de qualquer natureza, realizada através de jornal, televisão ou meio de comunicação.* Tem que constar aqui, mesmo que seja o ato oficial, o valor, porque é transparente isso. A lei está dizendo.

Sr. Presidente, quero deixar esses detalhes aqui hoje e ficar indignado. O jornal do Pai Patrocinador, ontem; hoje, PP, não pode mais circular nos órgãos do estado, mas o jornal pode ainda trazer atos oficiais do Governo sendo divulgados. Tadinho do Paulo Pimentel, que continua sendo atacado muitas vezes.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Felipe Lucas**)

No horário do Bloco PPS/PMN, com a palavra o Deputado Douglas Fabrício.

### ***Liderança do Bloco PPS/PMN: Deputado Douglas Fabrício (PPS)***

O SR. DOUGLAS FABRÍCIO

Sr. Presidente, Deputado Felipe Lucas, Sr. 1º Secretário, Deputado Edgar Bueno, e Sra. 2ª Secretária, Deputada Luciana Rafagnin.

Quero falar duas coisas, hoje. A primeira é sobre o nosso Governador Roberto Requião no assunto da estrada Boiadeira. Prezado Deputado Waldyr Pugliesi, o senhor que foi Secretário dos Transportes e que também já lutou muito pela conclusão da estrada Boiadeira, ontem o Governador falou que se o Governo Lula repassar ao estado a estrada Boiadeira, aí ele conclui a obra. Ele disse isso ontem lá na “escolinha” de Governo.

Então, acho que foi uma atitude louvável do Governador em tomar essa iniciativa e quero pedir aqui a todos os Deputados que somemos junto a essa decisão do Governador para que o Governo Lula repasse essa estrada ao estado do Paraná, para que possamos ver o Governador concluir a obra, então. Pedir aqui, principalmente aos Deputados do PT, que nos ajudem a conversar com o Lula, vocês que têm acesso direto ao Governo Federal também, para que o Presidente atenda esse pedido do Governador, passando a estrada Boiadeira, aquela que liga, por exemplo, Campo Mourão a Cruzeiro do Oeste, que o Governador falou que se o Lula passar para o estado, ele conclui a obra e mais, disse que faz a obra em um custo bem mais barato do que as empreiteiras estavam ainda dizendo que fariam.

Então, é uma atitude que se ele conseguir fazer isso, tenho que dar os parabéns. Mas, por enquanto ficou só na conversa, porque ele esteve na nossa região na época da campanha, prometeu essa obra já na campanha anterior e até agora a obra não está concluída. Quero deixar aqui o registro desse discurso do Governador de ontem, o registro que ele disse que se o Presidente da República, o Luiz Inácio Lula da Silva repassar ao estado

do Paraná estrada Boiadeira, ele conclui a obra. Quero deixar bem claro esse registro e concordo com essa idéia do Governador e peço o apoio de todos os demais Deputados para que possamos, definitivamente, ter essa obra concluída, o que é uma obra importante para o Paraná.

O segundo assunto que quero colocar aqui é sobre o Banco Social. Várias pessoas me perguntam, não só da minha região, mas recebo e-mails e telefonemas do Paraná inteiro sobre o que aconteceu com o Banco Social. Então, gostaria de conversar aqui e perguntar ao Líder do Governo, Deputado Romanelli, sobre o Banco Social. O que aconteceu com o Banco Social?

As informações que tenho e que recebi de agentes de crédito e que inclusive alguns estão sendo demitidos, porque o Governo cortou o Banco Social sem avisar ninguém. Disse que está paralisado. E aí, Deputado Praczyk, o Banco Social, que era um projeto de outros Governos, que tem a parceria de entidades importantes do Paraná, foi de uma hora para outra paralisado sem dar explicações à sociedade. Deputado Elio Rusch, o Banco Social está parado no Paraná e ninguém explica nada. Nós pedimos uma informação, através do nosso gabinete, entrando em contato com a Agência de Fomento, e só nos disseram que por ordem do Governador está paralisado e não tem data para voltar a funcionar. Deputado Edgar Bueno, V. Exa. que foi Prefeito em Cascavel e sabe da importância que tem esse Banco Social para os pequenos empreendedores, as pessoas que têm um sonho e querem apresentar um trabalho para a sociedade e precisa de ajuda, o Banco Social vinha fazendo isso.

Então, a nossa dúvida, Deputado Edgar Bueno, concedendo o aparte a V. Exa., cadê o Banco Social? Essa é uma dúvida que nós temos.

Concedo um aparte a V. Exa.

#### **O Sr. Edgar Bueno (PDT)**

Deputado, na verdade, o Banco Social é um instrumento importante para aqueles sonhadores, aquelas pessoas que têm capacidade, têm criatividade, e não acesso a banco, não têm acesso a crédito, não têm acesso a nada, e com juro razoavelmente bom, comparado com o que se exerce nas casas bancárias. Eu também tive várias reclamações de várias cidades do Paraná que me ligavam e queriam saber o que aconteceu com o Banco Social. E eu fiz um pedido de informações e recebi hoje, coincidentemente, do Deputado Nelson Garcia, que também é Secretário do Trabalho do Governo do Estado, explicando que realmente está paralisado e que não tem data para voltar, porque está sendo reavaliado pelo Governo.

Então, é necessário o seu pronunciamento, é necessário que o Líder da Bancada do Governo, Deputado Romanelli, ajude a resolver esse problema rapidamente, porque esse é um programa que estimula, que dá renda, que dá oportunidade, e o valor máximo do empréstimo é de 5 mil, então é popular mesmo. E eu gostaria também, me somando a sua preocupação e à preocupação das maiores cidades do estado do Paraná que têm o Banco Social

e que hoje está inativo, que o Governo coloque o mais rápido para que ele volte a funcionar.

Muito obrigado.

#### **O SR. DOUGLAS FABRÍCIO (PPS)**

Recebi vários e-mails e telefonemas, como eu disse, até alguns deles estão aqui comigo, tratando desse assunto do Banco Social. E a pergunta é justamente essa: por que não está funcionando o Banco Social?

Deputado Jocelito, o Banco Social está paralisado. E o Governo, pedi para o Deputado Romanelli que nos ajude a responder essa pergunta para a sociedade: por que está paralisado o Banco Social e se não tem data para voltar?

Concedo um aparte ao Deputado Romanelli.

#### **O Sr. Luiz Claudio Romanelli (PMDB)**

Na verdade, claro que tem data e o que o Governo está fazendo é que os investimentos que foram feitos no ano passado chegam a monta de R\$ 80 milhões com o Banco Social. É um Banco da maior importância. Agora, há uma série de critérios que estão sendo revistos em função principalmente da questão das regiões que estão mais deprimidas economicamente. Então, a Secretaria do Trabalho, aliás, titular o nosso colega Nelson Garcia, eles estão fixando novos critérios, critérios muito objetivos, de enquadramento dessas operações, inclusive para aumentar o valor das operações na concessão do crédito, criando, efetivamente, um círculo básico virtuoso em relação aos efeitos do Banco Social. Há um sentimento dos gestores do Banco Social de que há uma dispersão muito grande dos recursos quando nós poderíamos estar aplicando, principalmente naquelas regiões mais deprimidas economicamente, os recursos do Banco Social. Agora, é um tema que, na verdade, até podemos conversar com o Deputado Nelson Garcia, mas é um tema que o Governo está avaliando mesmo para poder fazer com que tenhamos um resultado mais efetivo. Agora, é redefinição de critérios, de investimentos que está passando o Banco Social.

#### **O SR. DOUGLAS FABRÍCIO (PPS)**

Obrigado.

Concedo um aparte ao Deputado Elio Lino Rusch.

#### **O Sr. Elio Rusch (Democratas)**

Deputado Douglas, eu ouço o seu pronunciamento e, na verdade, tem consistência isso que V. Exa. traz aqui na Sessão de hoje. O Banco Social, na verdade, foi criado, não no Governo passado, no Governo retrasado, no tempo do Jaime Lerner. Quando foi privatizado o Banco do Estado, criou-se um fundo, Deputado Romanelli, e V. Exa. deve saber tão bem quanto nós, de R\$ 100 milhões que seriam destinados para o fomento das pequenas empresas no estado do Paraná. Essa parceria foi feita entre o Governo do Estado e as prefeituras municipais e

foram instalados diversos bancos sociais nos mais diversos municípios no estado do Paraná.

Ouvi agora o Líder do Governo dar a sua explicação dizendo que 80 milhões foram aplicados e na verdade o fundo é de R\$ 100 milhões, o fundo, e com toda a certeza as pessoas que captaram os recursos no Governo retrasado e no Governo passado, do Requião também, e acho que no atual também, esses empréstimos que foram realizados e as operações que aconteceram com o Banco Social e as empresas com o estado do Paraná, esses empréstimos já foram quitados, estão sendo quitados e na medida que as empresas vão pagando tem que permanecer no fundo. Tenho certeza que o fundo que foi criado com 100 milhões deve ter hoje, no mínimo, 50, 60 milhões, porque já fez tempo que não se opera, as empresas que captaram os recursos estão devolvendo - é a mesma coisa que o PARANACIDADE, o Paraná Urbano, você pega o dinheiro emprestado, devolve e vai para o FDU, cria um fundo e este dinheiro não pode desaparecer. O dinheiro é exatamente para alavancar as pequenas empresas no estado do Paraná.

Parabéns pelo seu pronunciamento. Espero que o Governador do Estado do Paraná atenda exatamente os interesses dos pequenos empresários. Eu não sei por quê, Deputado Douglas, de repente fecha-se as agências de renda dos municípios, tira-se o serviço que estava à disposição das pequenas empresas que têm que se locomover para os centros maiores para qualquer certidão. Quer dizer, desativa os serviços e a mesma coisa com o Banco Social, que é um banco de fomento para as pequenas empresas, também se fecha.

O SR. DOUGLAS FABRÍCIO (PPS)

Para concluir, Sr. Presidente.

Querida só reforçar ao Deputado Romanelli e ao Deputado Elio Rusch, eu fui Consultor do SEBRAE e esse Banco Social surgiu lá atrás, no Governo Jaime Lerner, numa parceria do SEBRAE, das prefeituras e do Governo do Estado e vem funcionando bem em todos os Governos.

Acontece que o que os agentes estão me cobrando e as pessoas, até as pessoas empreendedoras, elas querem saber quando, Deputado Romanelli, que vai voltar a funcionar, porque a data, as pessoas que nós ligamos na secretaria não souberam nos informar.

Então, quando que vai voltar a funcionar? Esta é a pergunta que eu gostaria que o senhor respondesse, até para isto que foi cedido o aparte e eu fiquei na dúvida, eu não sei quando. Quando vai voltar a funcionar?

O Sr. Luiz Claudio Romanelli (PMDB)

Vou me informar se terminaram os estudos necessários, que de fato haverá um novo enfoque em relação as regiões mais deprimidas economicamente, aquelas que não são possuidoras de investimentos que possam estar alavancando outras atividades, mas isto está sendo efeti-

vamente trabalhado por técnicos que vão estar redirecionando, vão estar estabelecendo esses critérios que, claro, são critérios justos, critérios que vão estar sendo debatidos, mas é única e exclusivamente em função de poder reconhecer que o Banco Social, do próprio governo nosso, anterior, continua funcionando normalmente e foi muito positivo, mas que há o reconhecimento que ele pode ainda fazer mais.

Mas vou procurar me informar sobre este tema e voltaremos certamente a falar sobre ele. É oportuna a sua fala, porque de fato é um tema que eu mesmo, como Parlamentar, tenho o maior interesse, porque ele é muito importante para a economia paranaense, sem dúvida nenhuma.

O SR. DOUGLAS FABRÍCIO (PPS)

Está certo, eu conto com a sua ajuda para esclarecermos isto e poder responder esses e-mails, esses telefonemas que eu recebi e também essas visitas.

Sr. Presidente, obrigado pela oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Felipe Lucas)

Liderança do Governo, Liderança da Oposição.  
(Declinam)

### *Ordem do Dia:*

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à Ordem do Dia, com a presença de número legal.

### *Leitura do Expediente*

Sobre a mesa, Ofício nº 053/07, de autoria do Sr. Deputado Mamede, constante do expediente, informando a impossibilidade de comparecimento às Sessões Legislativas, pelo prazo de 20 (vinte) dias para tratamento de saúde. **À Diretoria Legislativa, para anotar e incluir no Expediente.**

Indicação nº 153/07, de autoria do Sr. Deputado Elton Welter, constante do expediente, sugerindo transformar em Companhia, o Pelotão da PM de Guaíra. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 157/07, de autoria do Sr. Deputado Elton Welter, constante do expediente, propondo ao Executivo encaminhar projeto de lei à Assembléia Legislativa, fixando incentivos fiscais para a fruticultura, em especial à cadeia produtiva de uvas e derivados. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Durval Amaral, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Professor Luizão, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Stephanes Júnior, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria da Sra. Deputada Rosane Ferreira, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1669, de autoria do Sr. Deputado Ribas Carli Filho, constante do expediente, solicitando a antecipação da Sessão Ordinária do dia 14 de junho (quinta-feira) para logo após o término da presente Sessão Ordinária e a diminuição de interstício. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

## ***Discussão/Votação***

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

### ***Redação Final***

#### **ITEM 01**

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 065/07, de autoria do Deputado Mauro Moraes, que institui o Programa Lixo Reciclado na Escola, na rede pública estadual de ensino. **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL DO  
PROJETO DE LEI Nº 065/07  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

#### **D E C R E T A :**

Art. 1º Fica instituído o Programa Lixo Reciclado na Escola, a funcionar nas escolas da rede pública estadual, visando a educação ambiental e a formação de cidadãos engajados na transformação das relações da sociedade com o meio ambiente.

Art. 2º O Programa Lixo Reciclado na Escola, consiste na implantação de sistema de coleta seletiva de resíduos recicláveis nas dependências da escola, sob a orientação da direção da escola, professores e demais funcionários.

§ 1º As atividades didático-pedagógicas fundamentadas na educação ambiental consistem em ações por parte dos professores, que possibilitem a compreensão do gerenciamento do programa, bem como a implementação do processo da coleta seletiva e a sua viabilidade econômica, estimulado, ainda, a apresentação de trabalhos, por parte dos alunos, envolvendo o tema.

§ 2º Caberá ainda aos professores, de forma interdisciplinar, dar ênfase à educação ambiental, podendo contar com a participação de outros órgãos do Governo e Organizações Não Governamentais.

Art. 3º O processo de coleta seletiva a que se refere esta lei, consiste na separação de materiais descartados, tais como papel, papelão, plástico, alumínio, vidro, etc. e seu armazenamento em recipientes dispostos no interior das escolas, em local de fácil acesso para sua posterior comercialização.

Parágrafo Único. Os recipientes a que se refere o *caput* deste artigo deverão ser utilizados para armazenar o lixo, de forma separada, identificados com as cores padronizadas para reciclagem, na forma abaixo.

I - verde, para armazenamento do vidro;

II - azul, para armazenamento do papel e papelão;

III - vermelha, para armazenamento dos plásticos;

e

IV - amarela, para armazenar dos aluminós.

Art. 4º Ao início de cada ano letivo, será formado um Conselho do Lixo em cada unidade escolar, com o objetivo de discutir e planejar as ações a serem desenvolvidas, e visando sensibilizar a comunidade escolar sobre a importância da participação no programa.

Art. 5º Compete ao Conselho do Lixo, juntamente com a direção da escola, apresentar, semestralmente, o balanço financeiro do produto obtido com o material reciclado.

Art. 6º Caberá ainda ao Conselho do Lixo:

I - planejar e executar ações com o objetivo de recolher materiais recicláveis junto à comunidade, a qual a escola esteja instalada;

II - promover atividades didático-pedagógicas com o propósito de difundir a educação ambiental dentro e fora da escola;

III - participar e organizar, junto à comunidade, ações referentes à conservação e preservação do meio ambiente;

IV - instituir o espaço físico que será destinado ao armazenamento dos materiais recicláveis recolhidos pelos alunos, bem como os doados pela comunidade;

V - manter controle da quantidade e dos tipos de materiais recicláveis que entram no recinto escolar;

VI - organização de gincanas ecológicas interclasses com o objetivo de ampliar a participação dos alunos na coleta de materiais recicláveis.

Art. 7º O lucro financeiro obtido com a comercialização do lixo será revertido em material didático-pedagógico, de informática e benfeitorias para a própria escola.

Art. 8º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 12.06.07.

(aa) STEPHANES JÚNIOR - Presidente  
ANTONIO BELINATI - Relator

**ITEM 02**

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 153/07, de autoria da Deputada Rosane Ferreira, que cria no âmbito do Estado do Paraná, Programa de Incentivo à Implantação de Aquecedores Solares de Água. **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL DO  
PROJETO DE LEI Nº 153/07  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

**D E C R E T A :**

Art. 1º Cria, no âmbito do estado do Paraná, Programa de Incentivo à Implantação de Aquecedores Solares de Água.

Art. 2º O Programa de Incentivo é direcionado à instalação e utilização de sistemas de aquecimento solar de água em propriedades públicas e privadas.

Art. 3º O Poder Executivo regulamentará a presente lei.

Art. 4º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 12.06.07.  
(aa) STEPHANES JÚNIOR - Presidente  
ANTONIO BELINATI - Relator

**ITEM 03**

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 230/07, de autoria do Deputado Pastor Edson Praczyk, que dispõe sobre reciclagem e utilização de material reciclado, no âmbito da administração estadual, e dá outras providências. **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL DO  
PROJETO DE LEI Nº 230/07  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

**D E C R E T A :**

Art. 1º Os órgãos da administração pública estadual, direta, indireta, autárquica e fundacional, poderão promover para seus funcionários, programas de conscientização sobre a importância da redução de consumo, reutilização e reciclagem dos materiais utilizados em seus órgãos, sobretudo de papel.

Art. 2º Poderá ser disponibilizada, nos prédios públicos, coleta seletiva dos materiais ali gerados.

Art. 3º Faculta ao Executivo Estadual adotar, na progressão de 25% (vinte e cinco por cento) ao ano, o uso de papel não clorado em seus materiais de expediente, tais como folhas de ofício, envelopes, fichários, formulários, de forma a, no prazo de 04 (quatro) anos, abolir a utilização de papel clareado a cloro.

Art. 4º O Poder Executivo poderá adotar, gradativamente, nas proporções e prazos estabelecidos no artigo anterior, papel reciclado no material escolar entregues às escolas.

Art. 5º Fica o Poder Executivo responsável pela regulamentação da presente lei.

Art. 6º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 12.06.07.  
(aa) STEPHANES JÚNIOR - Presidente  
ANTONIO BELINATI - Relator

**2ª Discussão****ITEM 04**

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 108/07, de autoria do Deputado Ney Leprevost, que autoriza o Governo do Estado do Paraná a instituir o Programa Troque sua Arma de Brinquedo por uma Bola, nas escolas públicas do estado do Paraná. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CECECT. **Aprovado, artigo por artigo.**

**ITEM 05**

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 330/07, de autoria do Deputado Luiz Nishimori, que institui o Dia da Segurança, a ser comemorado no dia 23 de outubro e dá outras providências. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

**ITEM 06**

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 365/07, de autoria do Deputado Luiz Accorsi, que declara de utilidade pública, o Centro de Educação Infantil Pequeno Céu, com sede e foro no município de Umuarama. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM SUBSTITUTIVO GERAL DA CCJ. **Aprovado o projeto, artigo por artigo. Aprovado, o substitutivo geral da CCJ.**

**ITEM 07**

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 369/07, de autoria do Deputado Cleiton Kielse, que declara de utilidade pública estadual a Federação Nacional de Educação e Integração dos Surdos - FENEIS, com sede e foro no município de Curitiba. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

**1ª Discussão****ITEM 08**

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 068/07, de autoria dos Deputados Tadeu Veneri e Alexandre Curi, que modifica o inciso II do artigo 6º da Lei Estadual nº 8246, de 13 de janeiro de 1986. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ, CF E CSP. COM SUBSTITUTIVO GERAL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 005/07, de 05/03/07, em Projetos de Lei).**



COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI Nº 068/07

P A R E C E R :

**Do Projeto**

Trata-se de projeto de lei de autoria dos Deputados Tadeu Veneri e Alexandre Curi, que modifica o inciso II do artigo 6º da Lei Estadual nº 8246, de 13 de janeiro de 1986.

A Lei nº 8246/86, autoriza o Poder Executivo a conceder pensão mensal aos portadores de hanseníase definitivamente incapacitados, e, no artigo 6º determina os casos de cancelamento do benefício, entre elas, quando o beneficiário for amparado pela Previdência Social (inciso II).

A alteração proposta visa manter a pensão mensal aos portadores de hanseníase, para aqueles que recebam até 2 salários-mínimos da Previdência.

Em 2005, foi aprovado nesta Casa, projeto do Deputado Alexandre Curi, em que revogava o inciso II do artigo 6º, da Lei nº 8246/86, ou seja, eliminava a possibilidade de cancelar a pensão em caso de o beneficiário vir a ser amparado pela Previdência Social.

O projeto foi vetado, fundamentado em ser contrário ao interesse público, por conflitar com a Lei Federal nº 6179/74 e, pela possibilidade de cumulatividade no recebimento de pensões. O veto foi mantido.

**Do Parecer**

O novo projeto de lei, ora em análise, defere do apresentado e aprovado em 2005, visto que, desta vez não suprime o inciso que trata do cancelamento da pensão por receber benefício da Previdência, e sim, condiciona o cancelamento ao valor recebido, estabelecendo um teto de 2 salários-mínimos.

Sobre a Lei nº 6179/74, que instituí amparo previdenciário para maiores de 70 anos de idade e para inválidos, não se aplica no presente caso, já que trata de matérias diferentes.

Concordando com a bem fundamentada justificativa do projeto, destacamos que não há óbice constitucional na proposição, pois o benefício assistencial que os portadores de hanseníase recebem, pela Lei Estadual nº 8246/86, não pode ser confundido com qualquer benefício previdenciário, muito menos ser vinculado à Previdência dos servidores estaduais, portanto, não há que se falar em cumulatividade com outra pensão da Previdência Social.

Quanto à técnica legislativa, os artigos 2º e 3º, estão em desacordo com as exigências da Lei Complementar nº 095/98, que dispõe sobre a elaboração, redação, alteração e consolidação das leis, portanto se apresenta junto a este parecer, emenda modificativa ao artigo 2º e supressiva do artigo 3º, para adequar a redação à correta elaboração legislativa.

**Conclusão**

Diante do exposto e, considerando que a presente proposição cumpre os requisitos constitucionais e legais

para sua normal tramitação, o parecer é pela aprovação, na forma do substitutivo geral, anexo a este relatório.

Sala das Comissões, em 23.04.07.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente  
FRANCISCO BÜHRER - Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
SUBSTITUTIVO GERAL AO  
PROJETO DE LEI Nº 068/07

Art. 1º O inciso II do artigo 6º da Lei Estadual nº 8246, de 13 de janeiro de 1986, passa a vigorar com a seguinte redação:

“II - for amparado pela Previdência Social com benefício cujo valor seja superior a 2 salários-mínimos nacionais.”

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 23.04.07.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente  
FRANCISCO BÜHRER - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS  
PROJETO DE LEI Nº 068/07

P A R E C E R :

**Relatório**

Projeto de lei de iniciativa conjunta dos Deputados Tadeu Veneri e Alexandre Curi, que propõe alterar o inciso II, do artigo 6º, da Lei Estadual nº 8246, de 13 de janeiro de 1986, a qual autoriza o Governo do Estado do Paraná a conceder benefício financeiro, sob a rubrica de pensão mensal, no valor de um salário-mínimo, aos portadores de hanseníase que forem declarados definitivamente incapacitados para o trabalho em razão das lesões físicas ou defeitos causados pela moléstia, e desprovidos de fonte de renda que assegure a sobrevivência e manutenção própria e de seus dependentes.

O artigo 6º da lei estabelece as hipóteses em que o benefício será cancelado e a proposta propõe alterar a atual redação do inciso II, do referido artigo, que dispõe o cancelamento em caso do beneficiário “for amparado pela Previdência Social”, para dispor que o cancelamento nesta hipótese somente deverá ocorrer quando o beneficiário “for amparado pela Previdência Social com benefício cujo valor seja superior a 2 salários-mínimos nacionais”.

O Deputado Francisco Bühler apresentou parecer favorável na Comissão de Constituição e Justiça, quanto ao cumprimento dos requisitos formais de constitucionalidade, legalidade e juridicidade, apresentando apenas um substitutivo para adequar os incisos II e III às exigências quanto à redação das leis, especificamente quanto à vigência e à revogação de normas anteriores. Submetido à votação o parecer como substitutivo restou aprovado pela referida comissão.

### **Parecer**

O presente projeto de lei foi distribuído a esta comissão para pronunciar-se quanto ao mérito e quanto à compatibilidade e adequação orçamentária e financeira da matéria. O exame de compatibilidade ou adequação se fará por meio da análise da conformidade de proposições com o plano plurianual, a lei de diretrizes orçamentárias, o orçamento anual e as normas pertinentes a eles e à receita e despesa públicas.

Como bem constou na justificativa da proposição, a alteração ora proposta não importa em aumento de despesa, tendo em vista que a matéria trata exclusivamente das hipóteses de perda de benefício já concedido. Portanto, é meramente a manutenção de uma despesa já existente.

Desta forma, não há impacto financeiro-orçamentário, ao menos quanto a aumento de despesa.

Quanto ao mérito, entendemos que se trata de obrigação do estado com seus cidadãos, tendo em vista que a moléstia, em última instância, decorre da falta de saúde pública disponibilizada pelo estado em anos pretéritos, o que vincula aquele no presente amparo, de cunho reparador.

Ao manter o benefício ainda àqueles paranaenses que passam a receber benefício previdenciário, desde que limitado a 2 salários-mínimos, importa em não cometer injustiça, vez que não se trata de um benefício previdenciário, em que pese a denominação “pensão”, mas sim de um reparo financeiro aos assim necessitados, que sofreram uma diminuição de sua capacidade laboral e, conseqüentemente, de remuneração, inclusive como proventos, face a moléstia adquirida por falta da correta oferta de saúde pública.

### **Conclusão**

Voto pela adequação orçamentária e financeira do Projeto de Lei nº 068/07, de autoria dos Deputados Tadeu Veneri e Alexandre Curi, com seus substitutivo aprovado na Comissão de Constituição e Justiça, bem como pelo interesse público da matéria, quanto ao seu mérito.

Sala das Comissões, em 09.05.07.

(aa) EDSON STRAPASSON - Presidente  
ELTON WELTER - Relator

### **COMISSÃO DE SAÚDE PÚBLICA PROJETO DE LEI Nº 068/07**

#### **P A R E C E R :**

O Projeto de Lei nº 068/07, de autoria dos Deputados Tadeu Veneri e Alexandre Curi, objetiva modificar o inciso II, do artigo 6º, da Lei Estadual nº 8246, de 13 de janeiro de 1986.

A proposição já recebeu parecer favorável da douta Comissão de Constituição e Justiça, quanto à legalidade e constitucionalidade da mesma. Chamada a opinar, a Comissão de Saúde Pública acompanha os pareceres das Comissões de Constituição e Justiça e, também, da Comissão de Finanças, entendendo que o mesmo trará aos portadores de hanseníase um tratamento mais justo.

Chamada esta comissão a se manifestar com relação à matéria, emite seu parecer favorável à proposição, na forma da emenda substitutiva da Comissão de Constituição e Justiça.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 06.06.07.

(aa) NEY LEPREVOST - Presidente  
MARCELO RANGEL - Relator

### **ITEM 09**

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 241/07, de autoria do Deputado Dobrandino da Silva, que dispõe sobre autenticação de assinatura em recibo de venda de veículo. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ, CSP e CDC. **Aprovado. (Publ. no DA nº 025/07, de 10/04/07, em Projetos de Lei).**

### **COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 241/07**

#### **P A R E C E R :**

O presente projeto de lei de autoria do Deputado Dobrandino da Silva, dispõe sobre a autenticação de assinatura em recebido de venda de veículos.

O projeto de lei em questão não encontra nenhum óbice constitucional, tendo respaldo na Carta Magna no seu artigo 25, parágrafo 1º.

Quanto à técnica legislativa, foram observadas todas as disposições pertinentes à Lei Complementar nº 095/98.

Portanto, chamada esta relatoria a se manifestar, somos de parecer favorável, opinando-se pela sua aprovação.

Sala das Comissões, em 15.05.07.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente  
LUIZ CARLOS MARTINS - Relator

### **COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA PROJETO DE LEI Nº 241/07**

#### **P A R E C E R :**

#### **Relatório**

De autoria do Sr. Deputado Dobrandino da Silva, o presente projeto de lei tem como objetivo dispor sobre a autenticação de assinatura em recibo de venda de veículos.

#### **Fundamentação**

A proposição já recebeu parecer favorável da douta Comissão de Constituição e Justiça, quanto à legalidade e constitucionalidade da mesma. Chamada a opinar, esta Comissão de Segurança Pública entende que a presente proposição trará mais facilidade a população do estado do Paraná.

#### **Conclusão**

Diante do exposto, somos de parecer favorável.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 30.05.07.

(aa) MAURO MORAES - Presidente  
NEY LEPREVOST - Relator

COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR  
PROJETO DE LEI Nº 241/07

P A R E C E R :

De autoria do Deputado Dobrandino da Silva, o presente projeto de lei dispõe sobre a autenticação de assinatura em recibo de venda de veículo.

A proposição foi analisada anteriormente pela Comissão de Constituição e Justiça e pela Comissão de Segurança Pública, recebendo parecer favorável. Chamada esta Comissão de Defesa do Consumidor a opinar, conclui que:

O objetivo do projeto é facilitar a vida do cidadão paranaense, visto que, atualmente, quando é realizada uma venda, o proprietário deve comparecer pessoalmente ao cartório para assinar o recibo de venda, na presença do tabelião, que reconhece a autenticidade da assinatura por verdadeira.

Com a aprovação do projeto, milhares de pessoas serão beneficiadas, pois a assinatura será reconhecida por semelhança, sem a presença do vendedor, facilitando o trâmite.

Assim sendo, no âmbito desta comissão, opinamos pela aprovação da matéria, através do parecer favorável ao Projeto de Lei nº 241/07.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 12.06.07.

(aa) ELIO RUSCH - Presidente

RENI PEREIRA - Relator

**ITEM 10**

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 290/07, de autoria do Deputado Marcelo Rangel, que estabelece que seja executado o Hino Nacional e do Estado do Paraná em todos os jogos esportivos federados no Estado do Paraná. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ e CECECT. **Aprovado. (Publ. no DA nº 034/07, de 24/04/07, em Projetos de Lei).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI Nº 290/07

P A R E C E R :

O projeto de lei em exame nesta Comissão de Constituição e Justiça, de autoria do Deputado Marcelo Rangel, tem por objetivo estabelecer a obrigatoriedade da execução do Hino do Estado do Paraná, além do Hino Nacional, em jogos esportivos promovidos pelas respectivas federações.

Fundamenta sua proposição como uma ferramenta para solidificação dos valores cívicos que contribuem para o sentimento de patriotismo nacional e paranaense.

Em face do ordenamento jurídico constitucional e legal nenhum óbice foi verificado que impeça a aprovação da louvável proposta de lei em plenário.

Pelo o exposto, esta Comissão manifesta seu parecer favorável ao projeto de lei.

Sala das Comissões, em 22.05.07.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

VALDIR ROSSONI - Relator

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE,  
CIÊNCIA E TECNOLOGIA  
PROJETO DE LEI Nº 290/07

P A R E C E R :

**Relatório**

O presente projeto de lei propõe a entoação do Hino Nacional e do Paraná, em todos os jogos federados no estado do Paraná, com o propósito de refletir através da música os sentimentos, os desejos e aspirações de uma gente que tem orgulho de pertencer a esta terra, de todos que aqui vivem, independente da crença, cor, etnia, ou raça e sempre que se tocam os hinos também relembremos os antepassados de nossa terra.

**Parecer do Relator**

O presente projeto tem por objetivo a disseminação do Hino Nacional e Paranaense, com o propósito de aumentar o sentimento de brasileiros e dos paranaenses. Pelo exposto, meu parecer é favorável ao Projeto de Lei nº 290/07.

Sala das Comissões, em 04.06.07.

(aa) PÉRICLES DE MELLO - Presidente

PASTOR EDSON PRACZYK - Relator

**Requerimentos**

**O SR. PRESIDENTE (Felipe Lucas)**

Sobre a mesa, Requerimento nº 1663, de autoria do Sr. Deputado Ribas Carli Filho, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1672 e 1673 de autoria do Sr. Deputado Marcelo Rangel, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1664 a 1666, de autoria do Sr. Deputado Luiz Nishimori, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1667, de autoria do Sr. Deputado Nereu Moura, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1671, de autoria do Sr. Deputado Luiz Accorsi, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1681, de autoria do Sr. Deputado Dr. Batista, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1679, de autoria do Sr. Deputado Péricles de Mello, constante do expediente. **À Comissão Executiva.**

### ***Encerramento da Sessão:***

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para logo após o término da presente Sessão, com a seguinte

#### **ORDEM DO DIA:**

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 108/07 e do Projeto de Lei Complementar nºs 318, 330 e 369/07.

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 365/07.

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 249/07.

Levanta-se a Sessão.

## SUMÁRIO

<b>DIÁRIO Nº 065</b>	
<b>60ª SESSÃO ORDINÁRIA</b>	
<b>SUMÁRIO</b>	
Mesa Executiva.....	21
Presenças.....	21
Abertura da Sessão .....	21
Ordem do Dia:	
	Discussão/Votação
	Redação Final..... 22
	3ª Discussão ..... 22
	1ª Discussão ..... 22
	<b>Encerramento da Sessão ..... 23</b>
	<b>Publicações:</b>
	Balancete Financeiro
	Maio/07 ..... 23

### **DIÁRIO Nº 065**

### **60ª SESSÃO ORDINÁRIA**

#### 1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 16ª LEGISLATURA ATA DA 60ª SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 13 DE JUNHO DE 2007

(quarta-feira)

#### **Mesa Executiva:**

Presidência do Sr. Deputado Antonio Anibelli, secretariado pelo Sr. Deputado Elton Welter e pela Sra. Deputada Cida Borghetti.

#### **Presenças:**

Às quinze horas e quarenta e cinco minutos é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Antonio Anibelli, Augustinho Zucchi, Felipe Lucas, Alexandre Curi, Luciana Rafagnin, Luiz Accorsi, Cida Borghetti, Chico Noroeste, Antonio Belinati, Artagão Júnior, Beti Pavin, Caíto Quintana, Carlos Simões, Dobrandino da Silva, Douglas Fabrício, Dr. Batista, Duílio Genari, Durval Amaral, Edgar Bueno, Edson Strapasson, Elio Rusch, Elton Welter, Fábio Camargo, Francisco Bühler, Jocelito Canto, Luiz Carlos Martins, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Eduardo Cheida, Marcelo Rangel, Osmar Bertoldi, Pastor Edson Praczyk, Pedro Ivo, Pércles de Mello, Plauto Miró, Professor Luizão, Reni Pereira, Ribas Carli Filho, Rosane Ferreira, Rui Hara, Tadeu Veneri, Teruo Kato, Valdir Rossoni e Waldyr Pugliesi (43).

Ausentes os Srs. Deputados: Ademar Traiano, Cleiton Kielse, Luiz Nishimori, Mauro Moraes, Miltinho Pupio, Nereu Moura e Stephanes Júnior (07).

Ausentes com justificativas os Srs. Deputados: Nelson Justus, Geraldo Cartário, Mamede e Ney Leprevost (04).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a Sessão Ordinária, antecipada do dia 14 de junho (quinta-feira), conforme requerimento aprovado, de autoria do Sr. Deputado Ribas Carli Filho.

#### **Abertura da Sessão:**

O SR. PRESIDENTE (**Antonio Anibelli**)

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

A SRA. 2ª SECRETÁRIA

Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada conforme parágrafo 1º do artigo 88, do Regimento Interno.

#### **Ordem do Dia:**

O SR. PRESIDENTE (**Antonio Anibelli**)

Não há Expediente a ser lido, nem oradores inscritos no Pequeno e Grande Expedientes e nem no Horário das Lideranças.

Passa-se à Ordem do Dia, com a presença de número legal.

#### **Discussão/Votação**

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

## Redação Final

### ITEM 01

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 108/07, de autoria do Deputado Ney Leprevost, que autoriza o Governo do Estado do Paraná a instituir o Programa Troque sua Arma de Brinquedo por uma Bola, nas escolas públicas do Estado do Paraná. **Aprovado. (Publ. no DA nº 010/07, de 13/03/07, em Projetos de Lei)**

### ITEM 02

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei Complementar nº 318/07, de autoria do Deputado Reni Pereira, que altera a redação dos artigos 8º e 156, da Lei Complementar Estadual nº 092, de 05 de julho de 2002. (Auditor Fiscal). **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI  
COMPLEMENTAR Nº 318/07  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná.

### D E C R E T A :

Art. 1º Os artigos 8º e 156, da Lei Complementar Estadual nº 092, de 05 de julho de 2002, passa a ter a seguinte redação:

“Art. 8º O provimento do cargo de Auditor Fiscal, a partir da data da publicação desta lei, será privativo das pessoas com grau de instrução superior”.

“Art. 156. Os atuais ocupantes do cargo de Agente Fiscal de que trata a Lei nº 7051/78, serão realocados na carreira de Auditor Fiscal, na classe correlata, conforme segue:

I - os Agentes Fiscais 3-A serão enquadrados na classe de Auditor Fiscal “C”;

II - os Agentes Fiscais 3-B serão enquadrados na classe de Auditor Fiscal “D”;

III - os Agentes Fiscais 3-C serão enquadrados na classe de Auditor Fiscal “E”;

IV - os Agentes Fiscais 2-A serão enquadrados na classe de Auditor Fiscal “F”;

V - os Agentes Fiscais 2-B serão enquadrados na classe de Auditor Fiscal “F”;

VI - os Agentes Fiscais 2-C serão enquadrados na classe de Auditor Fiscal “F”;

VII - os Agentes Fiscais 1-A serão enquadrados na classe de Auditor Fiscal “G”;

VIII - os Agentes Fiscais 1-B serão enquadrados na classe de Auditor Fiscal “H”;

IX - os Agentes Fiscais 1-C serão enquadrados na classe de Auditor Fiscal “I”;

§ 1º Serão preservados os direitos de promoção não contemplados no ato de realocação de que trata este artigo.

§ 2º A realocação de que trata este artigo aplicar-se-á também aos Agentes Fiscais aposentados e pensionistas.

§ 3º Os Agentes Fiscais que se encontram em estágio probatório serão enquadrados na classe inicial da carreira.”

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 13.06.07.

(aa) STEPHANES JÚNIOR - Presidente  
TERUO KATO - Relator

### ITEM 03

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 330/07, de autoria do Deputado Luiz Nishimori, que institui o Dia da Segurança a ser comemorado no dia 23 de outubro e dá outras providências. **Aprovado. (Publ. no DA nº 041/07, de 07/05/07, em Projetos de Lei).**

### ITEM 04

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 369/07, de autoria do Deputado Cleiton Kielse, que declara de utilidade pública estadual a Federação Nacional de Educação e Integração dos Surdos - FENEIS, com sede e foro no município de Curitiba. **Aprovado. (Publ. no DA nº 051/07, de 21/05/07, em Projetos de Lei).**

## 3ª Discussão

### ITEM 05

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 365/07, de autoria do Deputado Luiz Accorsi, que declara de utilidade pública, o Centro de Educação Infantil Pequeno Céu, com sede e foro no município de Umuarama. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM SUBSTITUTIVO GERAL DA CCJ. APRECIAR NESTE TURNO EMENDA APROVADA EM 2ª DISCUSSÃO. **Aprovada a emenda.**

## 1ª Discussão

### ITEM 06

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 249/07, de autoria do Deputado Carlos Simões, que dispõe sobre promoções e realizações de eventos de grande porte. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ e CSP. **Aprovado. (Publ. no DA nº 027/07, de 11/04/07, em Projetos de Lei).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI Nº 249/07

### P A R E C E R :

#### Preâmbulo

O projeto em análise, apresentado pelo Deputado Carlos Simões, busca proporcionar maior segurança ao público de grandes eventos, no estado do Paraná.

#### Fundamentação

Exordialmente observa-se que o presente projeto tem o cordão de instituir a todo estado do Paraná, uma legislação mais rigorosa de eficácia garantia quanto à

proteção e à segurança daqueles que freqüentam eventos de grande porte.

No que concerne à competência tem-se que, inobstante a matéria regule matéria cuja execução se dará no âmbito municipal, não há que se apontar vício de iniciativa do Poder Legislativo Estadual.

O artigo 30, I da Constituição Federal, que atribui aos municípios, a *competência de legislar sobre assuntos de interesse local*, direciona a competência prioritária e não exclusiva do município.

Trazemos à colação, as lições de José Afonso da Silva e Hely Lopes Meirelles, *in verbis*:

*O princípio geral que norteia a repartição de competência entre as entidades componentes do Estado Federal é o da predominância do interesse, segundo o qual à união caberão aquelas matérias e questões de predominante interesse geral, nacional, ao passo que aos estados tocarão as matérias e assuntos de predominante interesse regional, e aos municípios conhecerem os assuntos de interesse local, tendo a Constituição vigente desprezado o velho conceito do peculiar interesse local que não logrará conceituação satisfatória num século de vigência.* (José Afonso da Silva, Curso de Direito Constitucional Positivo, 9ª ed., São Paulo, Malheiros, 1993, p.418).

*O interesse local caracteriza-se pela predominância (e não pela exclusividade) do interesse para o município, em relação ao do estado e da união. Isso porque não há assunto municipal que não seja reflexamente de interesse estadual e nacional. A diferença é apenas de grau e não de substância.* (Hely Lopes Meirelles, Direito de Construir, 6ª ed., Malheiros, 1993, p.120).

#### **Conclusão**

Diante de todo o exposto, nosso parecer é pela aprovação do presente projeto, tendo em vista que o mesmo encontra-se adequado quanto à técnica legislativa, preenchendo os requisitos de constitucionalidade e legalidade.

Sala das Comissões, em 22.05.07.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

PROFESSOR LUIZÃO - Relator

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA  
PROJETO DE LEI N° 249/07

#### **P A R E C E R :**

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Carlos Simões, dispõe sobre promoções e realizações de eventos de grande porte.

Este projeto visa criar uma legislação uniforme para todo o estado do Paraná, regulamentando a realização de eventos de grande porte com a finalidade de proporcionar segurança aos espectadores do mesmo.

O dever genérico de proporcionar segurança a todos cidadãos é do estado, nos termos do artigo 6º da Constituição Federal. Sendo notório que eventos públicos de grande porte são ambientes potencialmente violentos,

cabe ao poder público providenciar as medidas que garantam a segurança no local.

Assim, a aprovação de uma lei mais rigorosa regulamentando a realização de eventos públicos é de vital importância, visto que, por falta de tal normatização, inúmeros incidentes já ocorreram no estado do Paraná, como bem salientado pelo Deputado Carlos Simões na justificativa do projeto.

Portanto, em face do exposto, opino favoravelmente à aprovação do presente projeto de lei.

Sala das Comissões, em 29.05.07.

(aa) MAURO MORAES - Presidente

MAMEDE - Relator

### ***Encerramento da Sessão:***

Nada mais havendo a tratar declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para segunda-feira, dia 18 à hora regimental, com a seguinte

#### **ORDEM DO DIA**

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei n° 365/07.

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n°s 068, 241, 249 e 290/07.

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n°s 383 e 404/07.

Levanta-se a Sessão.

### ***Publicações:***

#### ***Balancete Financeiro***

***Maio/2007***

OFÍCIO N° 10/2007

Curitiba, 06 de junho de 2007.

Senhor Diretor:

Pelo presente venho respeitosamente à presença de Vossa Senhoria apresentar o Balancete Financeiro deste Poder referente ao mês de MAIO/2007, conforme relatório anexo pedindo para que seja feita a publicação do mesmo no Diário desta Casa.

Certo de sua atenção reitero a Vossa Senhoria protestos de estima e consideração.

(a) EDISON CARLOS DE OLIVEIRA

Coordenadoria de Contabilidade

ILUSTRÍSSIMO SENHOR

GABRIEL LUIZ FRANCESCHI

Mui Digno Diretor da DAT

Nesta Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

NESTE EDIFÍCIO

BALANCETE FINANCEIRO	MÊS: Maio	REF: GAR260A
ÓRGÃO.....: 001 ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ		PAG.: 01
UNIDADE: 001 ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ		Data:31/05/2007
MÊS: Maio	Exercício: 2007	

RECEITA	NO MÊS	ATÉ O MÊS
<b>I - ORÇAMENTÁRIA</b>		
RECEITAS CORRENTES	17.500.000,00	92.700.000,00
Receita Tributária	0,00	0,00
Receita de Contribuições	0,00	0,00
Receita Patrimonial	0,00	0,00
Receita Agropecuária	0,00	0,00
Receita Industrial	0,00	0,00
Receita de Serviços	0,00	0,00
Transferência Correntes	17.500.000,00	92.700.000,00
Outras Receitas Correntes	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL	200.000,00	700.000,00
Operações de Créditos	0,00	0,00
Alienação de Bens	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00
Transferências de Capital	200.000,00	700.000,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00
TOTAL DA RECEITA	17.700.000,00	93.400.000,00
<b>II - EXTRA-ORÇAMENTÁRIO</b>		
ATIVO FINANCEIRO	0,00	0,00
Realizável	0,00	0,00
Pendente	0,00	0,00
Interligação de Sistemas	0,00	0,00
PASSIVO FINANCEIRO	141.146,11	784.161,98
Débitos de Tesouraria	0,00	0,00
Depósitos de Diversas Origens	141.146,11	784.161,98
Cancelamento de Dívidas Passivas	0,00	0,00
TOTAL DO EXTRA-ORÇAMENTÁRIO	141.146,11	784.161,98



RECEITA	NO MÊS	ATÉ O MÊS
<b>SALDO DO MÊS ANTERIOR</b>		
Caixa	0,00	0,00
Bancos	14.249.516,92	8.388.432,08
Vinculado	0,00	0,00
<b>TOTAL DE SALDOS DO MÊS ANTERIOR</b>	14.249.516,92	8.388.432,08
<b>TOTAL</b>	32.090.663,03	102.572.594,06

BALANCETE FINANCEIRO	MÊS: Maio	REF: GAR260A
ÓRGÃO.....: 001 ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ		PAG.: 02
UNIDADE: 001 ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ		Data: 31/05/
MÊS:Maio	Exercício: 2007	2007

DESPESA	NO MÊS	ATÉ O MÊS
<b>I - ORÇAMENTÁRIA</b>		
<b>DESPESAS CORRENTES</b>	18.520.247,49	87.566.711,60
Pessoal e Encargos Sociais	15.532.289,27	75.665.241,82
Juros e Encargos da Dívida	0,00	0,00
Outras Despesas Correntes	2.987.958,22	11.901.469,78
<b>DESPESAS DE CAPITAL</b>	14.085,50	387.783,86
Investimentos	14.085,50	387.783,86
Inversões Financeiras	0,00	0,00
Amortização da Dívida	0,00	0,00
Outras Despesas de Capital	0,00	0,00
<b>TOTAL DE DESPESAS</b>	18.534.332,99	87.954.495,46
<b>II - EXTRA-ORÇAMENTÁRIO</b>		
<b>RESTOS A PAGAR</b>	0,00	867.142,56
Pagamentos	0,00	867.142,56
Cancelamentos	0,00	0,00
<b>ATIVO FINANCEIRO</b>	0,00	0,00
Realizável	0,00	0,00
Pendente	0,00	0,00
Interligação de Sistemas	0,00	0,00
<b>PASSIVO FINANCEIRO</b>	35.000,00	229.626,00
Débitos de Tesouraria	0,00	0,00
Depósitos de Diversas Origens	35.000,00	229.626,00

DESPESA	NO MÊS	ATÉ O MÊS
Cancelamento de Outros Créditos	0,00	0,00
TOTAL DO EXTRA-ORÇAMENTÁRIO	35.000,00	1.096.768,56
SALDO PARA O MÊS SEGUINTE		
Caixa	0,00	0,00
Bancos	13.521.330,04	13.521.330,04
Vinculado	0,00	0,00
TOTAL SALDOS PARA O MÊS SEGUINTE	13.521.330,04	13.521.330,04
TOTAL	32.090.663,03	102.572.594,06

(aa) ABIB MIGUEL - Diretor Geral  
GABRIEL LUIZ FRANCESCHI - Diretor da Diretoria de Apoio Técnico  
EDISON CARLOS DE OLIVEIRA - Coordenador de Contabilidade

